

COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO E O DESAFIO DA UTILIZAÇÃO DO AUTOFINANCIAMENTO NO SEU PROCESSO DE EXPANSÃO: UM ESTUDO EMPÍRICO

Isabel Cristina Gozer¹
Gervaldo Rodrigues Campos²
Jacson José Petrocini³
Diego Maia Pereira³
Aline Silvestre³
Robson Luiz Pereira³
Emílio Araújo Menezes⁴

GOZER, I. C.; CAMPOS, G. R.; PETROCINI, J. J.; PEREIRA, D. M.; SILVESTRE, A. PEREIRA, R. L.; MENEZES, E. A. Cooperativismo agropecuário e o desafio da utilização do autofinanciamento no seu processo de expansão: um estudo empírico. *Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR*, Umuarama, v. 7, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2006.

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a gestão financeira de cooperativas agropecuárias através da utilização de indicadores elaborados, fundamentados na teoria da estrutura de capital e autofinanciamento, evidenciando a capacidade de autofinanciamento e o autofinanciamento. A metodologia proposta foi uma pesquisa descritiva de catorze cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, e o referencial teórico contemplou a importância do cooperativismo para o Estado do Paraná, a geração de poupança e crescimento das empresas, estrutura de capital e autofinanciamento e o autofinanciamento cooperativista. Após a análise e discussão dos resultados, mesmo considerando as limitações de uma análise descritiva, percebe-se que a orientação para o financiamento do processo de expansão através do autofinanciamento não é oposta ao propósito cooperativista, mas sim, uma condição para que a cooperativa possa cumprir

¹ Isabel Cristina Gozer, Doutoranda em Engenharia da Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Paranaense – UNIPAR – Umuarama.

² Gervaldo Rodrigues Campos, Mestre em Controladoria pela Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Paranaense – UNIPAR – Umuarama.

³ Jacson José Petrocini, Diego Maia Pereira, Aline Silvestre, Robson Luiz Pereira - Pós-graduandos em Controladoria com ênfase em Gestão Tributária e Auditoria e Perícia Contábil.

⁴ Emílio Araújo Menezes – Pós-Doutor pela Université de Toulouse – França, Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, professor do curso de Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

sua missão e manter-se no mercado prestando serviços aos seus associados e remunerando melhor. Conclui-se que a formação do autofinanciamento é um fator relevante ao desenvolvimento econômico das cooperativas, mas observa-se que as cooperativas analisadas não conseguem ter uma política de captação interna de recursos, que são necessárias para diminuir a dependência do mercado financeiro, pois os juros acabam corroendo a rentabilidade das empresas.

PALAVRAS-CHAVE: capacidade de autofinanciamento; gestão financeira; cooperativismo.

FARMING COOPERATIVISM AND THE CHALLENGE OF THE SELF-FINANCING UTILIZATION FOR ITS OWN EXPANSION PROCESS: AN EMPIRIC STUDY.

ABSTRACT: This article analyzes the financial management of farming cooperatives through the use of indexes based on the theory capital structuring and self-financing, emphasizing the self-financing capacity and self-financing. The proposed methodology was a descriptive research on fourteen farming cooperatives in the the state of Paraná, the theoretical referential overviewed the importance of cooperativism for such State, the generation of savings, the growth of companies, the structure of the capital, self-financing ,and the cooperativist self-financing. After the analysis and discussion of the results, even considering the limitation of a descriptive analysis, it was noticed that the orientation for financing the expansion process through self-financing is not opposite to the cooperativist goal, therefore, a condition so that the cooperative may accomplish is mission as well as remain within the market providing services for its associates and better remunerating. It was concluded that the formation of self-financing is a relevant factor for the economical development of cooperatives, although the analyzed cooperatives are unable to have a policy for internal revenue capitation, which are necessary to decrease the dependency on the financial market as interest end up corroding the profitability of the companies.

KEYWORDS: Self-Financing Capacity; Financial Manager; Cooperativism.

COOPERATIVISMO AGROPECUARIO Y EL RETO DE LA UTILIZACIÓN DEL AUTOFINANCIAMIENTO EN SU PROCESO DE EXPANSIÓN: UN ESTUDIO EMPÍRICO

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo analizar la gestión financiera de cooperativas agropecuarias a través de utilización de indicadores elaborados, fundamentados en la teoría de la estructura de capital y autofinanciamiento,

evidenciando la capacidad de autofinanciamiento y el autofinanciamiento. La metodología propuesta fue una investigación descriptiva de catorce cooperativas agropecuarias del Estado de Paraná, y el referencial teórico contempló la importancia del cooperativismo para el Estado de Paraná, la generación de ahorro y crecimiento de las empresas, estructura de capital, autofinanciamiento y el autofinanciamiento cooperativista. Tras análisis y discusión de los resultados, mismo considerando las limitaciones de un análisis descriptivo, se percibe que la orientación para el financiamiento del proceso de expansión a través del autofinanciamiento no es opuesta al propósito cooperativista, pero sí, una condición para que la cooperativa pueda cumplir su misión y mantenerse en el mercado prestando servicios a sus asociados y remunerándoles mejor. Se concluye que la formación de autofinanciamiento es un factor relevante al desarrollo económico de las cooperativas, sin embargo se observa que las cooperativas analizadas no consiguen tener una política de captación interna de recursos, que son necesarias para disminuir dependencia del mercado financiero, pues los intereses acaban consumiendo la rentabilidad de las empresas.

PALABRAS CLAVE: capacidad de autofinanciamiento; gestión financiera; cooperativismo.

1 INTRODUÇÃO

O cooperativismo agropecuário no Paraná é um setor de grande relevância em tamanho e importância, pois representa 53% da economia agrícola do estado e representa 18% do PIB do Paraná (OCEPAR, 2005). Não obstante, existe elevada diversificação nos modelos de gestão das cooperativas, pois a nível nacional não existe qualquer política objetiva para auxiliar o processo de gestão dessas organizações e, com isso, todo o sistema cooperativista sofre desgastes, tanto junto à opinião pública, como junto ao sistema financeiro, com reflexos no seu processo de capitalização. Muitos mecanismos podem ser usados para acompanhar e melhorar o processo de gestão financeira das cooperativas, mas muitas relutam em ver as informações sobre seu desempenho econômico, financeiro e, principalmente, social, divulgadas ao público.

Diante da relevância do setor e da necessidade de aprimorar o seu processo de gestão, julga-se de vital importância a realização de pesquisas nessa área, enfocando o processo de gestão financeira das cooperativas agropecuárias do Paraná, especificamente no que se refere à sua capacidade de autofinanciamiento, ou seja, a sua capacidade de geração de resultados econômicos operacionais, que possibilitem financiar internamente e em grande proporção o capital de giro e os investimentos necessários para a manutenção da cooperativa agropecuária. Para Fleuriet (1980, p.25), o autofinanciamiento pode ser considerado o motor

que alavanca o desenvolvimento e o crescimento da cooperativa, com reflexos diretos nos seus associados.

Gimenes (2005) esclarece as cooperativas agropecuárias possuem algumas particularidades que não estão presentes nas firmas de capital, pois as cooperativas são controladas pelos associados que são ao mesmo tempo donos e clientes e recebem os benefícios gerados por ela, sendo assim a formação do autofinanciamento é o principal entrave para o desenvolvimento econômico das cooperativas, fazendo com que a dependência de recursos de terceiros é uma fonte relevante para o seu crescimento.

O principal objetivo deste artigo é analisar o processo de desenvolvimento e crescimento econômico cooperativo através da captação e aplicação de recursos financeiros próprios, ou seja, a capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Geração de poupança e crescimento das empresas

Numa empresa as decisões de financiamento, investimento e distribuição de dividendos constituem-se vitais para o processo de crescimento da mesma. A política de investimento das organizações, que determina a composição dos ativos, consiste na alocação eficiente de recursos frente às alternativas de projetos de investimentos.

Todas as empresas possuem somente duas fontes de recursos: capital próprio e capital de terceiros, cabendo aos seus gestores determinar qual a melhor alocação de recursos para seus investimentos, ou seja, qual a melhor estrutura de capital da empresa.

Segundo Filardo (1979, p. 22-23):

Em princípio é razoável supor-se que a divisão do financiamento entre recursos próprios e de terceiros dependa de disponibilidade dos recursos de terceiros, do grau de flutuação da taxa de juros, da visão de risco dos administradores, do grau de incerteza associado à demanda pelo produto e das limitações impostas por uma dada estrutura de capital da empresa. [...] Além de todos estes fatores na determinação da poupança das empresas ou de seus recursos próprios, deve ser considerada a sua política de dividendos, pois esta determinará a partição do lucro total entre a parcela retida e a parcela distribuída.

O lucro gerado por uma empresa num determinado período tem duas finalidades básicas: retenção para autofinanciamento ou distribuição aos acionistas na forma de dividendos. A distribuição de dividendos é prioridade

para a empresa, sendo a disponibilidade de recursos para o autofinanciamento dos seus projetos de investimentos uma consequência dessa distribuição. Um comportamento conservador na política de distribuição de dividendos pode levar a empresa a uma maior capacidade de autofinanciamento.

Para enfatizar a importância da geração de poupança no financiamento do processo de expansão da empresa, considera-se a possibilidade de ela se financiar com capitais de terceiros. Para que isso ocorra seria necessário uma análise mais acurada. Sobre essa possibilidade, Filardo (1979, p. 22-23), ainda afirma o seguinte:

Ao analisarmos mais profundamente a possibilidade de a empresa utilizar-se apenas dos recursos ofertados pelo mercado de capitais e financeiro, para se financiar, concluímos que esta só se verificaria se as seguintes condições forem satisfeitas:

- as características do mercado financeiro são tais que a empresa sempre se defronte com uma oferta de fundos infinitamente elástica;
- as características do mercado de ação e dos acionistas são de forma a possibilitar sempre a captação de recursos através de colocação adicional de ações;
- existe perfeita simetria na avaliação dos retornos esperados do projeto de investimento entre aqueles que emprestam os fundos e os que demandam;
- a estrutura de capital da empresa não impõe restrições à possibilidade de utilização de várias fontes de fundos.

É praticamente impossível uma empresa encontrar as quatro condições acima citadas, independentemente do seu ramo de atividade ou porte. Com isso, fica claro que a geração de poupança é necessária para o investimento no seu processo de expansão, principalmente em épocas em que não há muitos recursos disponíveis no mercado financeiro ou de capitais.

No mercado financeiro a empresa se defronta com uma taxa de juros dada. Mesmo que haja discriminações entre empresas, de forma que as grandes obtenham fundos a custos mais baixos que as pequenas, deve-se supor que dada uma taxa de juros, a concorrência entre as empresas grandes faz com que nenhuma delas tenha condições de alterar o preço do dinheiro. Logo, mesmo que a empresa seja grande no mercado de seu produto, dificilmente o será, com a mesma intensidade, no mercado financeiro (MARRIS, 1971, p. 87).

Diante disso, quando uma empresa se encontrar numa situação em que haja restrições no mercado de capitais e financeiro, a mesma deverá praticar uma

política de preços que permita obter a geração de recursos internos suficientes para financiar seu processo de expansão. Essa atitude possibilitará à empresa uma postura até certo ponto independente das ofertas do mercado de capitais e financeiro.

Esta possibilidade, com a qual a empresa conta, de praticar uma política de preços dos seus produtos que lhe permita ampliar o volume de lucros e, conseqüentemente, o volume de recursos para autofinanciamento, deve estar sujeita a amplas variações, dependendo do setor de atividade em que a empresa atua, do seu tamanho e do seu poder de mercado, pois se uma grande empresa no mercado oligopólico possui algum poder de fixar o preço de seu produto, o mesmo não acontece com uma pequena empresa de um mercado altamente concorrencial (GIMENES, 1995, p. 79).

A estrutura de financiamento de uma empresa, distribuída entre recursos próprios e de terceiros, difere bastante de empresa para empresa. De um lado ficam aquelas que têm o poder de decidir o preço do seu produto, com isso aumentam os seus lucros e, conseqüentemente, sua capacidade de autofinanciamento, tornando-se, assim, relativamente independentes do mercado financeiro. De outro lado, situam-se as empresas que não possuem poder para determinar o preço de venda do seu produto, pois atuam num mercado altamente competitivo, em que o preço lhe é dado, o que faz com que tenham lucros menores e, simultaneamente, menor capacidade de autofinanciamento e uma maior dependência de capitais de terceiros.

As indústrias estão divididas em dois grandes grupos, sendo cada um composto por empresas de diferentes tamanhos. [...] O primeiro grupo, isto é, o setor competitivo, caracteriza-se pela existência de várias empresas pequenas que são em conjunto responsáveis por parcela razoável do produto total da indústria. [...] Estas obtêm lucros normais, utilizando-se de pouco capital, sendo grande a possibilidade de entrada de novas empresas concorrentes. [...] O segundo grupo, isto é, o setor oligopólico, caracteriza-se pela existência de lucros acima do normal até para as menores empresas, sendo que a necessidade de capital é tal que há dificuldade para a entrada de novas empresas (STEIDL, 1983, p. 40).

Para a empresa, tanto as fontes de recursos próprios, quanto a de terceiros, possuem determinados custos. A retenção de lucros para a geração de poupança implica custos de aporte individual que podem causar insatisfação dos acionistas, mas isso pode ser solucionado através de adequada política de distribuições de dividendos. A obtenção de recursos no mercado financeiro também tem custos, as despesas financeiras, que devem ser avaliadas na obtenção desses recursos.

O objetivo principal de uma empresa capitalista é expandir suas vendas para aumentar seus lucros e isto implica diretamente na expansão de sua capacidade produtiva, que depende única e exclusivamente de sua capacidade de investimentos. Adrian Wood, citado por Filardo (1979), define a retenção de lucros como a fonte de fundos mais importante para investimentos de uma empresa, introduzindo a necessidade de autofinanciamento como contribuição ao objetivo da empresa, que é o crescimento das receitas de vendas. A retenção de lucro ou geração de poupança aparece como fonte essencial para o financiamento da empresa. Com isso, a quantidade de lucros a ser atingido é determinada pela quantidade de investimentos que a mesma planeja realizar.

Se o objetivo da empresa é maximizar o valor presente dos rendimentos futuros, na realização de um projeto de investimento espera-se que sua taxa de retorno seja maior que a taxa de retorno alternativa determinada externamente pelo mercado. Uma vez que a empresa deseja crescer e necessita se autofinanciar, a sua política de investimento será tal que leve em consideração a necessidade de ampliar rendimentos em geral, isto é, aqueles derivados da aplicação em ações e ativos financeiros. [...] Quanto à hipótese de que a firma se defronta com uma oferta de fundos infinitamente elástica, Adrian Wood mostra que, dados os riscos e desvantagens envolvidos nas operações de crédito, essa hipótese não é verdadeira em todos os casos. [...] Os ofertantes de fundos transacionam no mercado até dada taxa de juros, pois acima desse limite os riscos aumentam de tal modo, que eles preferem não emprestar mais. [...] As empresas sofrem restrições na possibilidade de emissão de novas ações e procuram manter um nível de endividamento que minimize os riscos da perda de controle da firma, devido a flutuações indesejadas no nível dos lucros, que podem fazer com que os encargos financeiros se tornem muito elevados. Por estas razões, grande parte do financiamento do investimento provém da geração interna de fundos (FILARDO, 1979, p. 22-23).

De acordo com Gimenes (1995), financiar projetos de investimento através da geração de lucros retidos, ou seja, da capacidade de autofinanciamento das empresas, apresenta pontos positivos, muito embora esse processo possa ser limitado pelas próprias margens de lucro com que as empresas podem operar, dependendo do padrão de concorrência em que as mesmas atuam, da necessidade de distribuição de dividendos e do montante de provisão para depreciação que as empresas tenham à sua disposição.

2.2 Estrutura de capital e autofinanciamento

Como já foi citado no item anterior, determinar qual a melhor estrutura de capital é uma das decisões mais complexas da gestão financeira. Diante disso,

o presente trabalho tem como hipótese que a expansão de uma empresa está intimamente relacionada à sua capacidade de geração de poupanças internas e de busca de recursos complementares no mercado financeiro e de capitais. Pressupõe-se, ainda, que a empresa escolha uma dada composição ideal de estrutura de capital, entre fontes internas e externas, de acordo com os custos desses recursos.

De acordo com Calabi (1983), a expansão de uma empresa depende de sua acumulação de capital a partir dos lucros correntes, isto é, depende essencialmente de sua capacidade de autofinanciamento, levando em consideração que o próprio acesso ao mercado de capital e financeiro, ou em outras palavras, o montante de recursos de terceiros que se pode obter depende em grande parte do volume do capital próprio da empresa. Isto significa que todas as demais fontes de financiamento guardam, num prazo mais longo, uma estreita relação com a geração de lucros auferida pela empresa. Por outro lado, este lucro, que se constitui na remuneração do capital, tem uma relação direta com as receitas e os custos diretos e indiretos através das margens de lucros.

O autofinanciamento não é um conceito comum entre os autores, mas pode ser definido como “o montante dos recursos gerados pela empresa e que são conservados para o seu financiamento interno” (FLEURIET, 1980, p. 30).

Pode-se, afirmar, então, que o autofinanciamento é a capacidade de a empresa auferir lucros, provenientes das suas atividade operacionais e suficientes para financiar suas necessidades de capital de giro e de investimentos em ativos fixos.

O autofinanciamento depende do poder de geração e retenção de lucros, sendo este poder determinado pelo volume dos investimentos anteriores, pela margem bruta de lucros auferida pelas empresas sobre seus custos diretos e pela distribuição desta margem por diversos tipos de despesas indiretas (CALABI, 1981, p. 13).

Portanto, antes de uma empresa adotar uma política de expansão focada no autofinanciamento é necessário que se conheçam as vantagens e desvantagens do processo de autofinanciamento que são segundo Pascual (2001 *apud* Gimenes, 2005):

a) Vantagens do autofinanciamento:

- É uma fonte de capital maior solidez na estrutura financeira da empresa, pela maior participação de recursos próprios. Pode ser a única opção da empresa, quando a rentabilidade é inferior ao custo disponível do capital de terceiros, ou quando seu atual nível de endividamento não permite captar um

volume maior de recursos de terceiros em função do elevado risco financeiro.

- O autofinanciamento permite a recuperação do capital de giro com menor pressão sobre a liquidez da empresa, principalmente quando seu excedente é aplicado em ativos fixos, cujo retorno sobre o capital investido acontece no longo prazo.

- Pelo autofinanciamento, a expansão da empresa pode ocorrer sem endividamento. Geralmente os recursos financeiros possuem um maior custo e podem deteriorar o equilíbrio financeiro da empresa.

- A maior proporção de recursos próprios na estrutura de capital possibilita à empresa, se assim o desejar, aumentar seu nível de endividamento. Isso ocorre quando a utilização de recursos de terceiros proporciona um retorno maior aos acionistas, pelo efeito da alavancagem.

b) Desvantagens do autofinanciamento:

- Uma acumulação expressiva de recursos pelo autofinanciamento que não tenha utilização momentânea pode incitar os dirigentes a investirem em projetos de investimento desaconselháveis, sob o ponto de vista econômico, motivados pelo aumento da taxa de rentabilidade a qualquer custo.

- A excessiva dependência de autofinanciamento pode produzir uma reação de aversão total a qualquer nível de endividamento, fazendo com que, às vezes, a empresa perca oportunidades de realizar bons investimentos por falta de capital.

- Incremento de autofinanciamento pode significar menor distribuição de dividendos, podendo, conseqüentemente, produzir queda no valor das ações da empresas cotadas em bolsa de valores.

Dessa forma, os recursos próprios gerados pelas empresas desempenham uma função de grande relevância no financiamento dos investimentos ativos rentáveis, essenciais às atividades das empresas no seu processo de expansão.

Constata-se, também, que a empresa com maior grau de autofinanciamento possui maior capacidade de expansão, uma vez que pode financiar seus investimentos com capital próprio e cria maiores possibilidades de recorrer, de forma mais intensa, ao mercado de capitais e financeiro, ou seja, tem maiores possibilidades de obtenção de recursos de terceiros, sem configurar riscos crescentes por elevados níveis de endividamento.

2.3 O autofinanciamento nas cooperativas agropecuárias

Todas as empresas, inclusive as cooperativas agropecuárias necessitam

expandir-se, e esse processo de expansão necessita de recursos financeiros. Com isso, um dos principais elementos da estratégia empresarial consiste basicamente na forma de captação de recursos para o financiamento do seu capital de giro e dos seus investimentos fixos.

Mesmo sendo uma sociedade de pessoas, e não de capital, este último é fundamental para seu desenvolvimento, pois um dos condicionantes do investimento é o capital próprio ou patrimônio líquido, cuja quantidade limitará o montante do investimento. O patrimônio é formado através de mecanismos de captação interna, e compreende a soma do capital integralizado, fundos (obrigatórios e instituídos em assembléias) e sobras do exercício, resultando num sistema de capitalização efetivo, que garante os investimentos e o seu desenvolvimento, tornando a empresa uma unidade autônoma de acumulação de capital.

Determinar e evidenciar a capacidade de autofinanciamento é uma ferramenta muito importante na gestão das cooperativas agropecuárias e que pode ser adotada como uma forma de gerenciamento das origens e aplicações de recursos resultantes das suas sobras auferidas num determinado período. Quando se conceitua o cooperativismo agropecuário, verifica-se que o mesmo possui características que o diferenciam das empresas não-cooperativas, tais como:

- sociedade de pessoas e não de capital;
- o objetivo principal é a prestação de serviços e não o lucro;
- número de associados ilimitado;
- cada associado tem direito a um voto, independentemente da quantidade de quotas-partes que subscreve e integraliza na cooperativa;
- impossibilidade de transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade;
- o retorno proporcional ao valor das operações que o associado realiza com a sociedade e não ao valor das ações como numa empresa de capital.

Diante de todas essas peculiaridades, as cooperativas agropecuárias, para ingressarem num processo empresarial de expansão, precisam necessariamente utilizar-se de estratégias de endividamento, pois não conseguem se capitalizar internamente, através de sua capacidade de gerar e reter as sobras (autofinanciamento), pois os produtores, que são a base social das cooperativas, muitas vezes estão descapitalizados, e aumentar a retenção das sobras oneraria mais o associado. Ainda, os princípios doutrinários limitam a captação de recursos e, devido à dificuldade de geração de recursos financeiros próprios, ficam dependentes do Estado, o qual se torna, quase sempre, determinante para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias.

Para que seja compreendida esta situação, inicialmente é necessário ater-se ao fato de que, para o sistema cooperativista, o aporte de capital e investimentos é de fundamental importância para permitir a constante especialização e competitividade dessas empresas no mercado e, para que isto ocorra, há diversos caminhos possíveis.

O primeiro caminho é o da capitalização via associados que, apesar de ser o mais fácil e tradicional para o sistema cooperativista, esbarra na dificuldade financeira do setor agropecuário, e em particular, do próprio agricultor cooperado, que procura a cooperativa exatamente pelo fato de esta possibilitar a sua capitalização individual, e não com o intuito de capitalizá-la.

O segundo, que foi o caminho mais utilizado ultimamente, é aquele em que a cooperativa busca financiamento via sistema bancário, tomando dinheiro emprestado a um alto custo, tornando esse processo muito arriscado, frente às possibilidades de flutuação de preços das commodities agrícolas.

Lauschner (1984), num trabalho realizado em 1977, sobre agroindústria cooperativa no mundo, fez referência às diferentes formas de capitalização em cooperativas. Num primeiro momento, a capitalização da cooperativa ocorre com a admissão de associados, através da subscrição de quotas-partes de capital integralizado no mesmo ano ou ao longo de determinado período.

Uma outra forma de captação de recursos próprios é a apropriação das sobras líquidas de cada exercício social, ou seja, a não distribuição do resultado líquido operacional (sobras líquidas), de acordo com a decisão da assembleia geral dos associados.

A maneira mais significativa de capitalização das cooperativas agropecuárias é aquela realizada mediante a criação de fundos ou reservas, sustentados pela retenção de um percentual sobre o volume dos negócios de cada associado. A Lei 5.764, no seu artigo 28, regulamenta e exige a criação dos fundos de reservas para reparação de perdas e atendimento ao desenvolvimento das atividades cooperativistas. A referida lei também confere, à assembleia geral, poderes para criação de outros fundos, inclusive rotativos, por tempo determinado e aplicação específica (MAGALHÃES, 1975).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados neste artigo consistiram basicamente no levantamento de dados, em que os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as demonstrações financeiras anuais das cooperativas agropecuárias.

A OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - possui atualmente 209 cooperativas filiadas de diversos setores, sendo 72

cooperativas do setor agropecuário, classificadas entre pequenas e médias e grandes cooperativas. Constituíram o universo do estudo 14 cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná de grande porte, no período de 2003 a 2005. As demonstrações financeiras foram coletadas das seguintes maneiras: visitas às cooperativas, correspondências e através de periódicos divulgados pelas próprias cooperativas, contendo suas informações econômicas e financeiras. Em seguida foram extraídas das demonstrações financeiras as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

A amostra de cooperativas do referido artigo ficou assim composta:

Tabela 1: Relação das cooperativas agropecuária do Paraná da amostra

Estado	Município	Sigla
Paraná	Londrina	CONFEPAR
Paraná	Carambeí	BATAVO
Paraná	Dois Vizinhos	CAMDUL
Paraná	Ponta Grossa	CASTROLANDA
Paraná	Campo Mourão	COOPERMIBRA
Paraná	Marechal Candido Rondon	COPAGRIL
Paraná	Rolândia	COROL
Paraná	Capanema	COAGRO
Paraná	Maringá	COCAMAR
Paraná	Cascavel	COTRIGUAÇU
Paraná	Campo Mourão	COAMO
Paraná	São Carlos do Ivaí	COOPCANA
Paraná	Londrina	INTEGRADA
Paraná	Cafelândia	COPACOL

Fonte: OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

Os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram as demonstrações contábeis, especificamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras e Perdas Acumuladas e a Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.

A preocupação com a operacionalização e tratamento dos dados traduziu-se na seqüência das etapas básicas para o processo de análise financeira, que consiste em:

- coleta dos documentos para análise;
- conferência da documentação recebida;
- preparação para análise (leitura, reclassificação e padronização das

demonstrações);

- análise dos relatórios e indicadores;
- elaboração do relatório final.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Determinação dos indicadores da capacidade de autofinanciamento e autofinanciamento do Estado do Paraná

Da amostra, algumas cooperativas não forneceram a DOAR. Sendo assim, nos cálculos dos indicadores a amostra ficou, em algumas situações, reduzida. Com base nos dados da DOAR, segundo QUEIROZ (1988, p. 64-65), a capacidade de autofinanciamento e o autofinanciamento podem ser determinados das seguintes formas:

- **CA1** = Resultado Operacional + Amortizações + Depreciações Operacionais + Despesas Financeiras;
- **CA2** = Soma das Origens Internas de Operações de Fundos;
- **A1** = CA – Aplicações Externas;
- **A2** = CA – Ativos Fixos.

Para o cálculo da capacidade de autofinanciamento foi utilizado o indicador CA1, sugerido por Queiroz (1988, p. 64), feitos alguns ajustes para adequá-lo ao presente trabalho sobre as cooperativas agropecuárias constantes da amostra:

- **CA** = Sobras Líquidas + Despesas sem desembolso – Receitas sem recebimento.

Este indicador demonstra qual é a capacidade que a cooperativa analisada tem para se autofinanciar, ou seja, qual a sua capacidade de geração de recursos próprios para financiar seu processo de expansão.

Foram também separadas todas as despesas que não representavam desembolso e as receitas que não auferiam recebimentos e, conseqüentemente, não afetavam o resultado financeiro da cooperativa e o seu capital circulante líquido. No Quadro 1 segue a relação das despesas sem desembolso e das receitas sem recebimento:

Quadro 1: Relação de Despesas sem desembolso e Receitas sem Recebimento
– Cooperativas Agropecuárias da Amostra

Despesas sem desembolso e receitas sem recebimento
Amortização
Aumento do ex. a longo prazo
Baixa de bens e imobilizado
Baixa de investimentos
Baixa do diferido
Depreciação
Depreciação reserva de reavaliação
Exaustão
Juros a integralizar
Juros sobre contas de capital
Obrigações provisionadas longo prazo
Perdas com créditos de cooperados
Provisão para créditos de liquidação duvidosa
Provisão para realização de outros créditos
Receita diferida
Redução
Variação monetária sobre conta a receber de longo prazo
Variação monetária sobre empréstimos de longo prazo
Variações monetárias ativas
Variações monetárias passivas

A capacidade de autofinanciamento das grandes cooperativas agropecuárias pode ser visualizada nas figuras 01, 02 e 03.

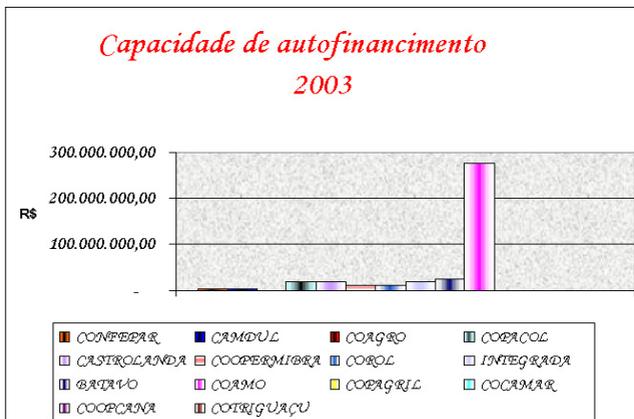


Figura 01: Capacidade de Autofinanciamento das cooperativas da amostra no ano de 2003 – (valores em R\$)

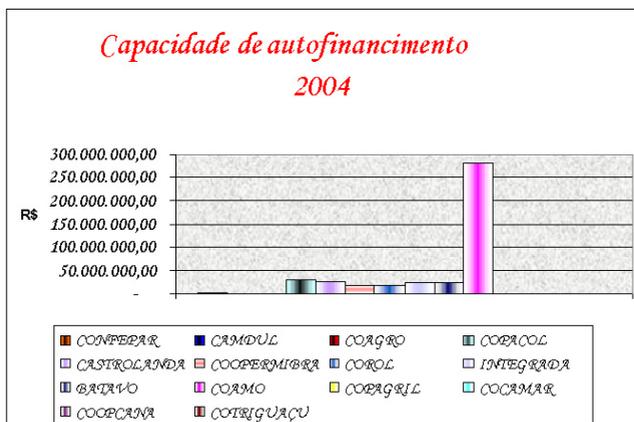


Figura 02: Capacidade de Autofinanciamento das cooperativas da amostra no ano de 2004 – (valores em R\$)

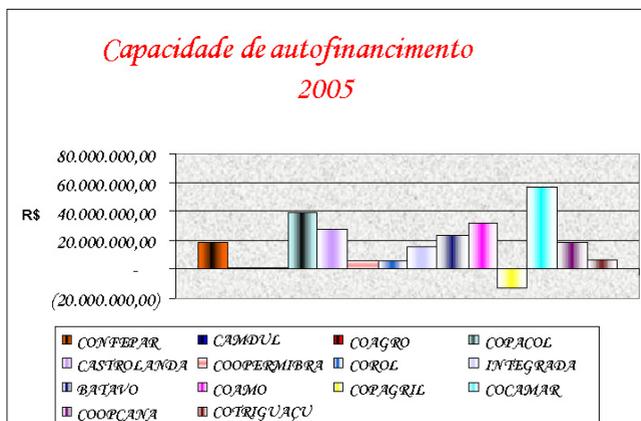


Figura 03: Capacidade de Autofinanciamento das cooperativas da amostra no ano de 2005 – (valores em R\$)

Todas as cooperativas da amostra possuíam, em todos os períodos analisados, capacidade para se autofinanciar.

A cooperativa possuir capacidade de autofinanciamento não significa necessariamente que ela tenha condições de autofinanciar seus investimentos em ativos fixos e capital de giro. Em virtude disso, após a apuração da capacidade de autofinanciamento, calcularam-se os indicadores de autofinanciamento, a saber:

- **A1** = CA – Aplicações Externas;
- **A2** = A1 – IAF (Investimentos em Ativos Fixos).

O primeiro indicador de autofinanciamento foi obtido através do montante da capacidade de autofinanciamento, subtraindo-se as aplicações externas, as quais, no ramo do cooperativismo agropecuário, foram consideradas como sendo os investimentos em outras empresas, a distribuição de sobras, as amortizações de empréstimos e financiamentos e a retirada de quotas-partes pela saída de associados.

Não foi possível calcular os indicadores de todas cooperativas em todos os anos, em virtude da não elaboração ou divulgação da DOAR.

Observa-se que as cooperativas agropecuárias da amostra que conseguiram autofinanciar suas aplicações externas nos períodos analisados são: Batavo, Integrada, Coamo, Corol, Coagro, Confepar e Copacol, sendo que todas as demais possuíam o indicador negativo em um período analisado. Com isso, pode-se constatar-se que as grandes cooperativas possuem, em sua grande maioria, capacidade para autofinanciar seus recursos externos com folga financeira para o financiamento de ativos fixos. Também se observa uma

oscilação no indicador, sendo que a única cooperativa que consegue manter o indicador estável é a Coamo.

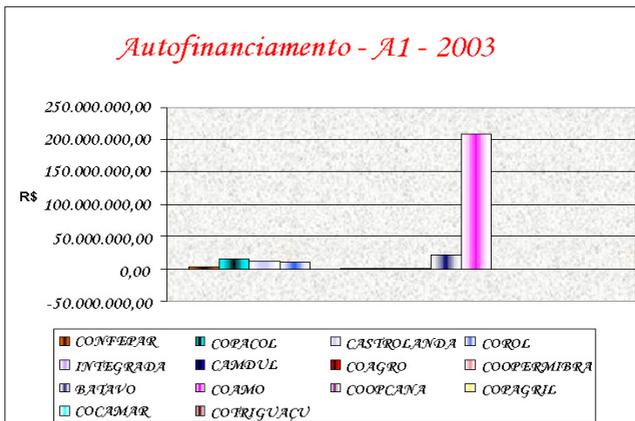


Figura 04: Indicadores de Autofinanciamento das cooperativas amostra: Autofinanciamento 1: A1 no ano de 2003 – (valores em R\$)

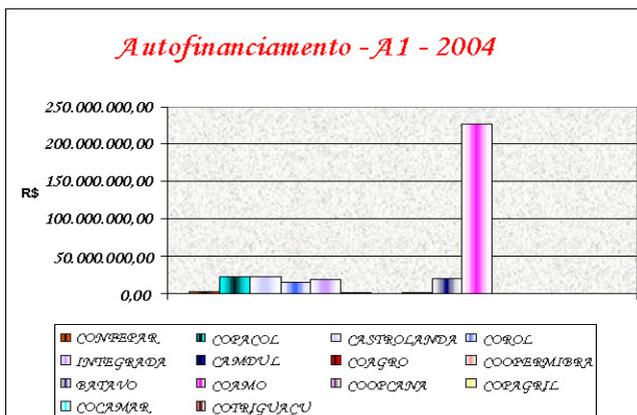


Figura 05: Indicadores de Autofinanciamento das cooperativas da amostra: Autofinanciamento 1: A1 no ano de 2004 – (valores em R\$)

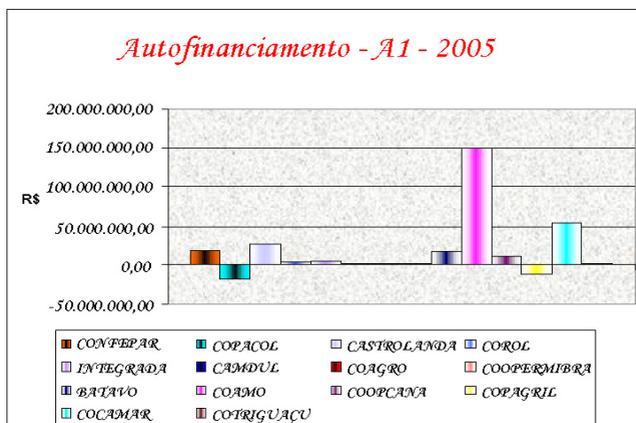


Figura 06: Indicadores de Autofinanciamento das cooperativas da amostra: Autofinanciamento 1: A1 no ano de 2005 – (valores em R\$)

O segundo indicador de autofinanciamento foi calculado a partir do montante obtido no autofinanciamento 1, subtraindo-se o valor dos investimentos em ativos fixos (imobilizado) da cooperativa. Das catorze cooperativas agropecuárias do grupo amostra, o melhor desempenho neste indicador foi obtido pela cooperativa Coamo, que apresentou, em quatro períodos analisados, recursos próprios, ou seja, autofinanciamento para financiar seus ativos fixos (imobilizações), restando ainda recursos para o financiamento do capital de giro. As demais cooperativas apresentaram, na maioria dos anos, indicadores negativos, ou quase nulos, como pode ser observado nos gráficos nº 07, 08 e 09.

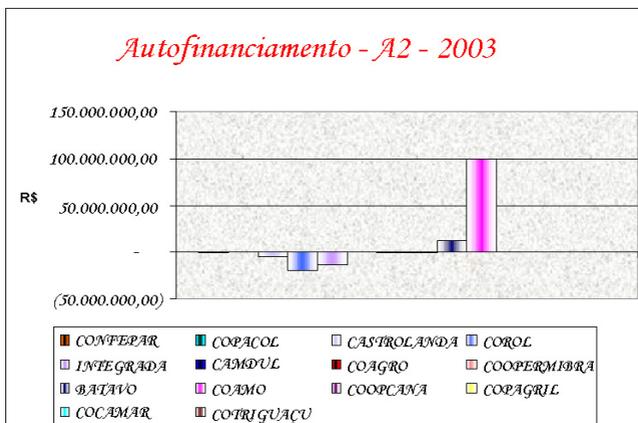


Figura 07: Indicadores de Autofinanciamento das cooperativas da amostra: Autofinanciamento 2: A2 no ano de 2003 – (valores em R\$)

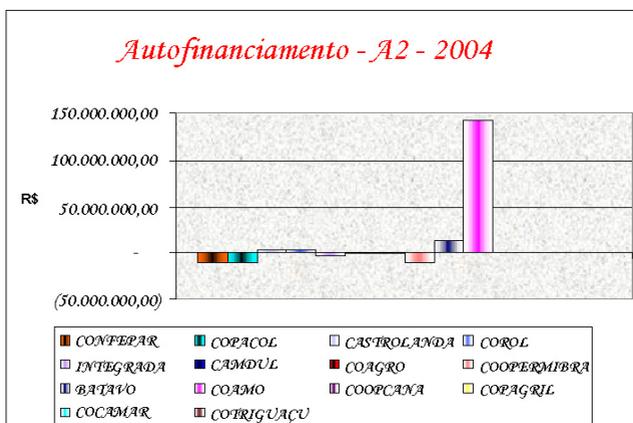


Figura 08: Indicadores de Autofinanciamento das cooperativas da amostra: Autofinanciamento 2: A2 no ano de 2004 – (valores em R\$)

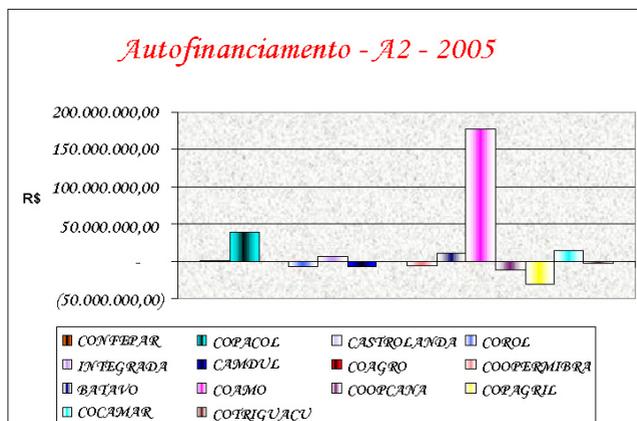


Figura 09: Indicadores de Autofinanciamento das cooperativas da amostra: Autofinanciamento 2: A2 no ano de 2005 – (valores em R\$)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstraram que a maioria das cooperativas agropecuárias da amostra possuíam capacidade de autofinanciamento em todos os períodos analisados; só que ao se calcular os indicadores de autofinanciamento 1 e autofinanciamento 2, ficou evidenciado que as mesmas não possuíam capacidade para se autofinanciar, e isso reflete a realidade do setor que, por ser empresas de pessoas e não de capital, acabam tendo dificuldades para reter recursos para se autofinanciar. Ficou evidenciado também que a política de autofinanciamento é vital para a cooperativa, pois a COAMO, que é a maior cooperativa da América Latina, adota a política de autofinanciamento na sua gestão, como foi visto através dos indicadores calculados.

Ao final do presente artigo, pode-se concluir que a capacidade de autofinanciamento, ou seja, o poder de autofinanciar-se, constitui, para todas as entidades, um fator fundamental para sua sobrevivência, pois as cooperativas que são limitadas na geração de recursos próprios, infelizmente, são obrigadas a arcar com elevadas taxas de juros, cobradas pelas instituições financeiras, para emprestar-lhes este tipo de recursos, e também que, quanto melhor estruturada econômica e financeiramente encontrar-se a cooperativa agropecuária, principalmente no que se refere à sua capacidade de autofinanciar, mais acesso ela terá a recursos de terceiros para financiar seu processo de expansão.

Através dos indicadores de autofinanciamento, pode-se verificar que as cooperativas, em todos os períodos analisados, possuem captação interna de

recursos próprios, mas que, ao calcular-se o indicador de autofinanciamento 1 (A1), que exclui as aplicações externas, as mesmas começam a ter problemas para se autofinanciar, o que evidencia que o cooperativismo agropecuário não consegue reter recursos para o financiamento do seu processo de expansão (ativos fixos e capital de giro). Isso ocorre em virtude de o associado da cooperativa, muitas vezes, estar mais preocupado em capitalizar-se do que capitalizar a cooperativa, o que acaba sendo uma visão equivocada, pois a própria lei cooperativista determina que, se a cooperativa tiver problemas financeiros, esses deverão ser custeados por seus associados, e que toda despesa de capital de terceiros será necessariamente paga pelo associado.

Conclui-se, então, que a orientação para o financiamento do processo de expansão, através do autofinanciamento, não é oposta ao propósito cooperativista, mas uma condição para que a cooperativa possa cumprir sua missão e manter-se no mercado, prestando serviços aos seus associados e remunerando-os melhor. Conclui-se, também, que a formação do autofinanciamento é um fator relevante ao desenvolvimento econômico das cooperativas, mas observa-se que as cooperativas analisadas não conseguem ter uma política de captação interna de recursos, que são necessários para diminuir a dependência do mercado financeiro, pois os juros acabam corroendo a rentabilidade das empresas.

REFERÊNCIAS

CALABI, A S. Geração de poupanças e estrutura de capital das empresas no Brasil. Relatório de pesquisa. São Paulo: IPEA/USP, 1981.

FILARDO, M. L. R. Fontes de financiamento das empresas no Brasil. 1979. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979. p. 22-23.

FLEURIET, M. A dinâmica financeira das empresas brasileiras. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 1980.

GIMENES, R. M. T. Estrutura de capital e capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias Consolata (Copacol) e Mista do Oeste (Coopagro): um estudo de caso. 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1995.

GIMENES, R. M. T; GIMENES, F. M. P. Financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias: uma investigação empírica sob a perspectiva do modelo Fleuret. Revista da FAE, Curitiba, v. 8,

n.1, p.103-115, jan./jun. 2005.

LAUSCHNER, R. Agroindústria cooperativa. In: PINHO, D. B. (Org.).

Tipologia cooperativa: manual de cooperativismo. São Paulo: CNPQ, v. 4, p. 76-84, 1984.

MAGALHÃES, M. H. Reservas e reavaliação do ativo imobilizado de cooperativas. São Paulo, Séc. de Agricultura de São Paulo/Depto de Assistência ao Cooperativismo, 1975.

MARRIS, R.; WOOD, A. **The corporate economy**. London, 1971. p. 87.

OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/>>. Acesso em: 1 mar. 2005.

QUEIROZ, A. D. Integração dos sistemas de produção e finanças: demonstrativos e análise dos fluxos de fundos. Trabalho submetido à Comissão Examinadora do Concurso Público na Carreira do Magistério Superior. Florianópolis, 1988.

STEIDL, J. Maturidade e estagnação no capitalismo americano. **São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 40.**